

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra

CNPJ nº 61.699.567/0029-93
Nota da Administração



Em cumprimento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina**, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis da unidade gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra**.

Relatório da Administração

Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP),

hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços

prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/14 e Portaria Ministerial 1.970/11 do Ministério da Saúde, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das interações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. São Paulo, 28 de fevereiro de 2015. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Valores em Reais		
	2014	2013	2014	2013	
ATIVO			PASSIVO		
Ativo Circulante	7.103.512,31	2.950.544,80	Passivo Circulante	7.103.512,31	2.950.544,80
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4.1)	1.161.718,37	2.131.931,07	Fornecedores (nota 4.9)	20.977,87	40.938,13
Caixa	0,00	0,00	Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (Nota 4.10)	58.583,69	85.830,00
Bancos conta movimento (nota 4.1)	30.839,46	1.943,75	Salários a pagar (nota 4.11)	388.230,51	330.249,30
Aplicações Financeiras (nota 4.2)	1.130.878,91	2.129.987,32	Contribuições a recolher (nota 4.12)	96.913,55	87.199,49
Contas a Receber	5.717.039,94	569.770,78	Provisão de férias (nota 4.13)	553.031,30	470.685,37
Valores a Receber			Provisão de FGTS sobre férias (nota 4.13)	44.242,50	37.654,83
Secretaria de Estado da Saúde (nota 4.3.1)	4.885.888,00	0,00	Estimativa de Rescisão Contratual (nota 4.14)	831.151,94	569.770,78
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 4.3.2)	831.151,94	569.770,78	Impostos a recolher (nota 4.16)	96.457,94	87.500,57
Outros Créditos (nota 4.4)	101.212,90	113.537,96	Obrigações Tributárias (nota 4.17)	14.685,16	13.428,49
Adiantamentos a fornecedores (nota 4.4.1)	7.796,64	18.998,42	Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03	0,00	0,00
Antecipações salariais (nota 4.4.2)	1.007,51	2.122,82	Outras contas a pagar (nota 4.18)	127.208,55	76.215,59
Antecipação de férias (nota 4.4.3)	92.408,75	92.416,72	Outros valores de terceiros	0,00	0,00
Outros créditos e adiantamentos	0,00	0,00	Valores a Realizar - Contrato/Convênio (nota 4.19)	4.858.294,68	1.151.072,25
Depósito Judicial	0,00	0,00	Baixa de Obrigações com Materiais Terceiros	13.734,62	0,00
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 4.5)	657,61	864,52	Passivo não Circulante	2.257.142,93	2.328.798,49
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 4.5)	657,61	864,52	Provisão de Despesa Processos Trabalhistas	0,00	0,00
Estoques (nota 4.6)	122.883,49	134.440,47	Bens Móveis de terceiros (nota 4.20)	3.051.180,33	2.818.374,99
Materiais e Medicamentos	122.883,49	134.440,47	Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (794.037,40) (489.576,50)		
Ativo não Circulante	2.257.142,93	2.328.798,49	Total do Passivo	9.360.655,24	5.279.343,29
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	Patrimônio Líquido (nota 6)	0,00	0,00
Ativo Imobilizado - Bens Próprios	0,00	0,00	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
Depreciações	0,00	0,00	Ajustes de Avaliação Patrimonial (AAP)	0,00	0,00
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 4.7)	2.257.142,93	2.328.798,49	Resultado do Exercício Anterior	0,00	0,00
Bens Móveis (nota 4.7)	2.257.142,93	2.328.798,49	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Bens de Terceiros	3.051.180,33	2.818.374,99	Resultado no período - Superávit / Déficit	0,00	0,00
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (794.037,40) (489.576,50)			Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	0,00	0,00
Total do Ativo	9.360.655,24	5.279.343,29	Contas de Compensação (nota 4.8)	0,00	2.841.031,22
Contas de Compensação (nota 4.8)	0,00	2.841.031,22	Operações com Bens/Mercadorias-Terceiros	0,00	2.841.031,22
Operações com Bens/Mercadorias-Terceiros	0,00	2.841.031,22	Mercadorias de Terceiros	0,00	22.656,23
Mercadorias de Terceiros	0,00	22.656,23	Bens recebidos	0,00	2.818.374,99
Bens recebidos	0,00	2.818.374,99	Total das Compensações Passivas	0,00	2.841.031,22
Total das Compensações Ativas	0,00	2.841.031,22			
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Valores em Reais	2014	2013	Demonstração do Valor Adicionado - Valores em Reais	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais	0,00	0,00	1 - Receitas	11.522.347,25	10.646.557,64
Resultados do exercício/período	0,00	0,00	1.1) Prestação de serviços	9.530.302,63	8.865.756,70
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	0,00	0,00	1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	0,00	0,00
Depreciação e amortização	0,00	0,00	1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercício Anterior	2.930,28	2.548,45
Resultado na venda de ativos permanentes	0,00	0,00	1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	1.989.114,34	1.776.987,93
Ajuste nas contas patrimoniais	0,00	0,00	1.5) Trabalho voluntário	0,00	1.264,56
Variáveis nos ativos e passivos	0,00	0,00	2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	2.274.432,90	2.610.342,70
(Aumento) Redução em contas a receber (5.134.737,19)	49.339,20		2.1) Matérias-primas consumidas	0,00	0,00
(Aumento) Redução em estoques	25.291,60	42.743,30	2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	601.662,92	875.812,99
Aumento (Redução) em fornecedores (47.206,57)	(84.921,73)		2.3) Serviço de terceiros e outros	1.672.769,98	1.734.529,71
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	4.186.439,46	(1.480.244,63)	2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	0,00	0,00
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros (57.920,94)	208.776,21		3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	9.247.914,35	8.036.214,94
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais (1.028.133,64) (1.264.307,65)			4 - Retenções	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	0,00	0,00	4.1) Depreciação, amortização e exaustão	0,00	0,00
(-) Compras de imobilizado	0,00	0,00	5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	9.247.914,35	8.036.214,94
(-) Adição de Bens de Terceiros	57.920,94	(208.776,21)	6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	202.385,15	222.700,20
(-) Adição de bens intangíveis	0,00	0,00	6.1) Receitas financeiras	202.385,15	222.700,20
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos 57.920,94 (208.776,21)			7 - Valor Adicionado Total (5+6)	9.450.299,50	8.258.915,14
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	0,00	0,00	8 - Distribuição do Valor Adicionado	9.450.299,50	8.258.915,14
Empréstimos tomados	0,00	0,00	8.1) Pessoal e encargos	7.263.533,54	6.325.350,61
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	0,00	0,00	8.2) Impostos, taxas e contribuições	3.907,15	3.021,72
Juros pagos por empréstimos	0,00	0,00	8.3) Outras Despesas	25.955,50	17.717,46
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos 0,00 (0,00)			8.4) Aluguéis	167.788,97	134.572,86
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa (970.212,70) (1.473.083,86)			8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	1.989.114,34	1.776.987,93
No início do período	2.131.931,07	3.605.014,93	8.6) Trabalho voluntário	0,00	1.264,56
No final do período	1.161.718,37	2.131.931,07	8.7) Déficit ou Superávit do Exercício	0,00	0,00
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (nota 6) - Valores em Reais	2014	2013			
Descrição	Patrimônio social	Reservas Reavaliação	Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício
Saldo 31/12/2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incorporação ao Patrimônio Social					
Transferência de Patrimônio					
Realização da Reserva de Reavaliação					
Ajustes de Exercícios Anteriores					
Ajuste de Avaliação Patrimonial			0,00	0,00	0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício					0,00
Saldo 31/12/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incorporação ao Patrimônio Social					
Transferência de Patrimônio					
Realização da Reserva de Reavaliação					
Ajustes de Exercícios Anteriores			0,00	0,00	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial			0,00	0,00	0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício					0,00
Saldo 31/12/2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2014 e 2013					
1 - Contexto Operacional: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, a SPDM atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentre seus objetivos, a SPDM prevê em seu Estatuto Social (Capítulo II, Artigo 4º, Inciso IV): "Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas e programas visando garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão, podendo firmar convênios, contratos, parcerias e demais instrumentos jurídicos com outras instituições de natureza pública e/ou privada, nacional e/ou internacional, de ensino, pesquisa e/ou assistência à saúde". Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e					
dentistas, entre outros. 1.1 - Características da Unidade Gerenciada: O Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra foi criado pelo Decreto Lei nº 55.936 de 21/06/2010 do Governo do Estado de São Paulo, com foco no atendimento assistencial na área de consultas ambulatoriais especializadas e na realização de exames diagnósticos e cirurgias ambulatoriais a pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS/SP. Inaugurado em 10/05/2012 é referência para a região de Taboão da Serra e Embu das Artes, além de abranger mais de 15 municípios no entorno, como: Osasco, Juquitiba, Vargem Grande Paulista, Cotia e Itapeverica da Serra, atendendo a parceria entre a Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo e a SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, visa agilidade dos processos Administrativos, com orçamento baseado em metas quantitativas e qualitativas com rígido controle do Estado. O Contrato de Gestão tem por objeto é a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra, a vigência do contrato é de 16/07/2010 a 16/07/2015, sendo o valor global do contrato de R\$ 54.860.940,43. As principais atividades desenvolvidas na unidade no ano de 2014 foram consulta médica, atendimento não médico, cirurgia ambulatorial e serviços de apoio diagnóstico e terapêutico - SADT Externo. 2 - Imunidade Tributária: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu § 4º e artigo 195, § 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. 2.1 - Requisitos para imunidade tributária: Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (De-					

continuação **monstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2014, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **3.1 - Razão Social da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - AME Taboão da Serra**, Estrada São Francisco, 1.448 - Jardim Henriqueta, Taboão da Serra - São Paulo - CEP 06764-290, CNPJ nº 61.699.567/0029-93. **3.2 - Formalidade da escrituração contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **4 - Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas com base no Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, correlacionadas às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e levam em consideração os pressupostos e conceitos básicos da contabilidade, como: o regime de competência, continuidade, relevância, materialidade, confiabilidade e primazia da essência sobre a forma. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002). **4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC-TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC-TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2014 - R\$	31/12/2013 - R\$
Saldos em Caixa	0,0	0,00
Saldos em Banco	30.839,46	1.943,75
Saldo Aplicação Financeira	1.130.878,91	2.129.987,32
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.161.718,37	2.131.931,07

4.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores en-

com-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	31/12/2014	31/12/2013
Banco do Brasil	CDB/RDB e BB Reaplicação	1.130.878,91	2.129.987,32

Total
As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitir que a qualquer momento sem a perda dos juros transcorridos, possa-se resgatar o valor integral informado no extrato. **4.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.305/10 (que aprova a NBC TG 07) e 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **4.3.1 - Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta correspondem/representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001.0500.000.058/2010, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde. Em 31/12/2014 os valores a receber totalizaram R\$ 4.885.888,00. **4.3.2 - Estimativas de Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e a Secretaria de Estado da Saúde. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31/12/2014, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativa Rescisão Contratual	Saldo em 31/12/2014
Aviso Prévio indenizado	498.644,67
Multa FGTS Rescisória (50%)	332.507,27
Total	831.151,94

4.4 - Outros Créditos: São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **4.4.1 - Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamento realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte e vale alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente, o saldo em 2014 foi de R\$ 7.796,64. **4.4.2 - Antecipação Salarial:** Os valores registrados em antecipação salarial representam antecipações realizadas a título rescisórios ou por força da legislação trabalhista (CLT). **4.4.3 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias, conforme prevê a legislação trabalhista (CLT). **4.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **4.6 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, gêneros alimentícios e materiais de terceiros até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2014 é de R\$ 122.883,49.

Tipo	Valores em Reais	
	31/12/2014	31/12/2013
Materiais utilizados no setor de Nutrição	985,74	1.029,63
Materiais utilizados no setor de Farmácia	18.796,50	20.762,06
Materiais de Almoxxarifado	89.366,63	112.648,78
Materiais de Terceiros	13.734,62	0,00
Total	122.883,49	134.440,47

4.7 - Imobilizado: O imobilizado da SPDM - AME Taboão da Serra é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são frutos de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais possuímos o Termo de Permissão de Uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Posição em 2013	Aquisição	Baixa	Posição em 2014
2.818.374,99	232.805,34	0,00	3.051.180,33
2.818.374,99	232.805,34	0,00	3.051.180,33
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais	1.980.783,77	117.440,00	2.098.223,77
Equipamentos Processamento de Dados	161.810,59	9.743,04	171.553,63
Mobiliário em Geral	379.113,47	30.890,00	410.003,47
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	93.504,47	10.102,80	103.607,27
Aparelhos de Medição	21.480,09	0,00	21.480,09
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	21.660,23	0,00	21.660,23
Aparelhos e Utensílios Domésticos	8.626,95	3.808,00	12.434,95
Máquinas e Equipamentos Energéticos	122.500,00	0,00	122.500,00
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	23.425,80	399,00	23.824,80
Outros Materiais Permanentes	5.469,62	4.100,00	9.569,62
Softwares	0,00	56.322,50	56.322,50
Total Imobilizado - Terceiros	2.818.374,99	232.805,34	3.051.180,33

Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2014
Descrição
Imobilizado - Bens de Terceiros
Bens Móveis
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais
Equipamentos Processamento de Dados
Mobiliário em Geral
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos
Aparelhos de Medição
Aparelhos e Equipamentos Comunicação
Aparelhos e Utensílios Domésticos
Máquinas e Equipamentos Energéticos
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto
Outros Materiais Permanentes
Softwares
Total Imobilizado - Terceiros
Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização", segue:

Descrição	Posição em 31/12/2013	Baixa	Ajustes do Exercício	Posição em 31/12/2014	Taxas anuais médias de ajustes
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(489.576,50)	0,00	(304.460,90)	(794.037,40)	%
Bens Móveis	(489.576,50)	0,00	(304.460,90)	(794.037,40)	
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais	(312.483,13)	0,00	(201.359,61)	(513.842,74)	10,00
Equipamentos Processamento de Dados	(54.341,05)	0,00	(32.970,20)	(87.311,25)	20,00
Mobiliário em Geral	(68.109,90)	0,00	(39.483,98)	(107.593,88)	10,00
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(15.974,59)	0,00	(9.803,56)	(25.778,15)	10,00
Aparelhos de Medição	(4.117,00)	0,00	(2.148,00)	(6.265,00)	10,00
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	(4.495,43)	0,00	(2.166,00)	(6.661,43)	10,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(1.519,69)	0,00	(1.243,44)	(2.763,13)	10,00
Máquinas e Equipamentos Energéticos	(23.558,25)	0,00	(12.249,96)	(35.808,21)	10,00
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	(4.543,76)	0,00	(2.352,51)	(6.896,27)	10,00
Outros Materiais Permanentes	(433,70)	0,00	(683,64)	(1.117,34)	10,00
Softwares	(0,00)	0,00	(0,00)	(0,00)	20,00
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(489.576,50)	0,00	(304.460,90)	(794.037,40)	

4.8 - Contas de Compensação: Em 2014, os saldos pertencente às contas de compensação foram transferidos para as contas de ativo e passivo não circulante. As contas de compensação foram criadas para abrigar o controle de bens de terceiros, atualmente classificados para o grupo de Imobilizado, com contrapartida em conta específica do passivo não circulante (bens de terceiros). **4.9 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **4.10 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: Ecocardiografia, limpeza, vigilância, portaria e manutenção. **4.11 - Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **4.12 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS, Contribuição Sindical. **4.13 - Provisões Trabalhistas (Férias, FGTS e 13º Salário):** O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Provisão de Férias	553.031,30	470.685,37
Provisão de FGTS sobre Férias	44.242,50	37.654,83

4.14 - Estimativas de Rescisão Contratual: A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu estimativa possível rescisão contratual entre a SPDM e Secretaria de Estado da Saúde. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31/12/2014,

representa R\$ 4.858.294,68, a serem realizados nos respectivos exercícios, até o final do contrato em julho de 2015. **4.20 - Bens de Terceiros:** O imobilizado da SPDM - AME Taboão da Serra é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são frutos de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão, para os quais possuímos o Termo de Permissão de Uso. Vide nota explicativa 4.7. **4.21 - Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensuradas, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **5 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através de documentos comprobatórios, recibos ou contratos, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **5.1 - Das Receitas Operacionais:** As receitas operacionais da Entidade são constituídas pelo regime de competência e de acordo com as normas da NBC TG 07, onde os valores reconhecidos das receitas são confrontados com as despesas correspondentes. **5.2 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2014 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 565,55, enquanto que em 2013 foi de R\$ 1.358,13. **5.3 - Dos Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos e administrativos da instituição e foram classificados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da SPDM. **5.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os contratos firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2014, a Associação recebeu Assistência Estadual, conforme abaixo: **CNPJ nº 001.0500.000.108/2013 - TA 01/14: 8.774.072,06; Contrato nº 001.0500.000.108/2013-TA 02/14:0,00; Contrato nº 001.0500.000.108/2013 - TA 03/14: (22.435,00); Contrato nº 001.0500.000.108/2013 - TA 04/14: (400.000,00); Total Repasse: 8.351.637,06. **6 - Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabeleça as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". **7 - Resultado do Exercício:** O Resultado do exercício deve ser incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 em especial ao item 15: valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. Em virtude da aplicação de outros itens da resolução o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Caso houvesse, superávit ou déficit ou ainda parte deles que tivesse restrição para aplicação, estaria reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido, o que não ocorre. A instituição apurou em 2014, recursos no montante de R\$ 8.556.952,49 e, seus recursos foram diretamente aplicados na atividade operacional/assistencial da unidade gerenciada, correspondente a R\$ 9.735.618,06, considerando custos e despesas operacionais no mesmo período. Dessa forma, se houvesse apuração de déficit ou superávit do exercício, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de R\$ -1.178.665,57. Esse desequilíbrio financeiro pode estar associado à demanda de atendimento dos serviços de saúde, políticas de gestão ou pela ausência de recursos financeiros para a manutenção do custeio da unidade, variáveis influentes no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato/convênio. **8 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27.11.2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra realizou no ano de 2014, os seguintes atendimentos:**

Tipo de Atendimento	Total
Número de Consultas Ambulatório	54.882
Hospital Dia / Cirurgia Ambulatório	1.384
SADT Externo	16.655
Sendo que em 2013 os atendimentos realizados foram: 55.220 Consultas Ambulatório, 1.064 Hospital Dia/Cirurgia Ambulatório e 22.984 SADT Externo.	

9 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão
Produção Assistencial
Linhas de Contratação

	Contratado 2014	Realizado 2014
Internação	0	0
Hospital-Dia	1.200	1.384
Ambulatório	55.212	54.882
Urgência/Emergência	0	0
SADT Externo	15.480	16.655
Total =====>>>	71.892	72.921

	Receitas 2014	Despesas 2014
Resultado Contábil	11.724.732,40	11.724.732,40

10 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE, conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Em 22.06.2012, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.106245/2012-12. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas. **10.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a SPDM - AME Taboão da Serra usufruiu ano exercício de 2014, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 1.703.205,26. Em 2013, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 1.511.015,23. **10.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2014 atingiu um montante de R\$ 0,00. Em 2013 o referido valor de receita totalizou R\$ 0,00. **10.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição fi-

CONTABILIDADE
lantrópica da SPDM - AME Taboão da Serra, conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2014 que foi de R\$ 285.909,08. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2013, esse montante foi de R\$ 265.972,70. **11 - Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 Item 19, a SPDM - AME Taboão da Serra reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. Em 2013 o valor relativo ao trabalho voluntário correspondeu a R\$ 1.264,56 e foi registrado em contas de resultado. Em 2014, a entidade optou em não mensurar os valores de tal atividade. **12 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a SPDM deve efetuar o Ajuste Valor Presente.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM. **Dr. Leonardo Ata da 20ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Data, Horário e Local:** Ao 15º dia do mês de abril de dois mil e quinze, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. Paulo Bandiera Paiva, Ramiro Anthero de Azevedo, Maria Inês Dolci, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão"), Dr. Hercílio Ramos, Dr. José Osmar Medina de Pestana e Sr. Flavio Bitelman. **Convidados: Suplentes:** Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliveira, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2014 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **ORDEM DO DIA: Apreciação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2014.

Parecer da Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2014, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópoli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Prefeitura Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV).

Parecer do Conselho Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Tendo em vista o artigo 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2014 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Hospital Municipal Vereador José Storópoli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Prefeitura Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV).

Relatório dos Auditores Independentes - A Diretoria: **1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra,** que compreende o Balanço Patrimonial em 31.12.2014, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **3) Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de

sentente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da SPDM, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou

Aldigueri Rodriguez - Diretor Técnico da SPDM. - AME Taboão da Serra 2.014 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópoli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Prefeitura Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVE-TIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVE-TIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R

Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVE-TIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R

Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVE-TIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R

exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **4) Opinião**

despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **13 - Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Simone Gomes do Nascimento Fidler - Contador - CRC 1SP 270.999/O-7 zes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVE-TIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P/A/P/S (P/A/ P/S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) -, PABSF A.P.3.2 (A.P.3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0). Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2014. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15 de Abril de 2015. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Dr.ª Maria Inês Dolci, Prof. Dr. Paulo Bandiera Paiva, Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo.

LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P/A/P/S (P/A/ P/S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) -, PABSF A.P.3.2 (A.P.3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0) . Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 23 de Abril de 2015. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P/A/P/S (P/A/ P/S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) -, PABSF A.P.3.2 (A.P.3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0) . Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 10 de Abril de 2015. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro, Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla, Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta, Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi.

sobre as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra** em 31.12.2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **5) Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2014, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 17.03.2015. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.** Ricardo Roberto Monello - Contador - CT-CRC.: 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620

MAKAFE Administração e Participações S/A

CNPJ 12.845.832/0001-98

Demonstrações Financeiras - (Em Reais)

Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2014 e 2013		
	2014	2013
Ativo		
Ativo Circulante	115.532,80	116.163,03
Caixa	1,00	1,00
Bancos	131,76	761,99
Outras Contas a Receber	115.400,04	115.400,04
Ativo Não Circulante	8.772.026,47	9.368.639,24
Realizável a Longo Prazo	-	-
Permanente		
Investimentos	8.772.026,47	9.368.639,24
Total do Ativo	8.887.559,27	9.484.802,27
Passivo		
Passivo Circulante	-	-
Patrimônio Líquido	8.887.559,27	9.484.802,27
Capital Social	2.543.000,00	2.543.000,00
Capital a Integralizar	(894,00)	(894,00)
Reserva Legal	341.458,19	329.233,93
Reserva Aumento de Capital	1.242.500,00	1.242.500,00
Reserva de Lucro	4.517.009,86	6.021.111,31
Resultado Exercício	244.485,22	(650.148,97)
Total do Passivo	8.887.559,27	9.484.802,27
Demonstração de Resultados do Exercício 31/12/2014 e 2013		
Vendas de Serviços	2014	2013
Receita de Consórcios		
Impostos Incidentes		
Abatimento da Renda Bruta		
Renda Operacional Líquida		
Custos de Serviços		
Resultado Operacional Bruto		
Despesas Administrativas	(8.464,26)	(6.237,00)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(596.612,77)	(648.911,97)
Dividendos Recebidos	849.562,25	5.000,00
Total	244.485,22	(650.148,97)
Resultado Operacional Líquido	244.485,22	(650.148,97)
Outras Despesas e Receitas Não Operacionais		
Resultado Antes das Provisões	244.485,22	(650.148,97)
Resultado do Exercício	244.485,22	(650.148,97)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 31 de Dezembro de 2012, 2013 e 2014						
	Capital social	Capital Integralizar	Reserva Legal	Reservas de Lucro	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Total
Ajustes lançados diretamente ao patrimônio líquido	-	-	-	(329.233,93)	-	(329.233,93)
Resultado do Exercício	-	-	1.185.911,19	-	-	1.185.911,19
Reserva Legal	-	-	329.233,93	-	-	329.233,93
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.543.000,00	(894,00)	329.233,93	6.254.444,62	-	9.125.784,55
Reserva de Lucro	-	-	-	(233.333,31)	-	(233.333,31)
Resultado do Exercício	-	-	(650.148,97)	1.242.500,00	-	592.351,03
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.543.000,00	(894,00)	329.233,93	5.370.962,34	1.242.500,00	9.484.802,27
Ajustes lançados diretamente ao patrimônio líquido	-	-	-	(12.224,26)	-	(12.224,26)
Reserva de Lucro	-	-	-	(841.728,22)	-	(841.728,22)
Resultado do Exercício	-	-	-	244.485,22	-	244.485,22
Reserva Legal	-	-	12.224,26	-	-	12.224,26
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.543.000,00	(894,00)	341.458,19	4.761.495,08	1.242.500,00	8.887.559,27
31 de dezembro de 2014 e 2013						
Das atividades operacionais	2014	2013	Das atividades de investimento			
Lucro líquido so exercício	244.485,22	(650.148,97)	Acréscimo do investimento			
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento			
Resultado na venda de ativos permanentes	596.612,77	648.638,27	Das atividade de financiamento com terceiros			
Resultado de equivalência patrimonial	(841.728,22)	(233.333,31)	Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa			
Afac / Reserva de Capital	-	1.242.500,00	Caixa e equivalentes de caixa			
Decréscimo/(acréscimo) em ativos	-	-	No início do exercício			
Créditos diversos	-	236.000,00	No final do exercício			
CCaixa proveniente das operações	(630,23)	1.243.655,99	Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(630,23)	1.243.655,99	(630,23)			
Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis 31/12/2014						
1 – A Companhia tem por objeto a gestão de bens próprios, móveis ou imóveis, e a participação no Capital Social de outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. 2- As demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores. 3- Não existe Carteira de Clientes, haverá investimentos em sociedades como sócia, acionista ou quotista. 4 – Não há estoque, porém havendo serão avaliados ao custo de aquisição, os quais são inferiores ao valor de mercado. 5 – O Capital Social subscrito é representado por 2.543.000 ações nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma.						
Antonio Dias Felipe - Sócio CPF 289.177.158-34						
Enivaldo Gomes Mithidieri- Contador -CRC 1SP237533/O-0						

